

EM VEZ DOS *ELEMENTOS*

Kai Immig

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Portugal

kai.ser@clix.pt

Sinopse

O artigo pode ser lido como uma pequena introdução à linguística funcionalista martinetiana. Consiste numa breve apresentação comentada de alguns dos conceitos fundamentais (*monema, dupla articulação, relação funcional, valor axiológico*) da obra “Elementos de Linguística Geral”¹ aplicada, nas suas exemplificações, à língua alemã. Consideramos a abordagem de André Martinet digna de ser conhecida por todos os estudantes e interessados da linguística. Descreve e explica, de forma não-dogmática e simples, o funcionamento de um sistema linguístico, isto é, de uma língua humana (no original, da língua francesa), facilita o entendimento da dinâmica desse mesmo sistema e abre caminho para abordagens científicas (operação com elementos discretos, segmentação, comutação), também ao nível da significação.

Palavras-chave: Monema, Dupla Articulação, Relação Funcional, Valor Axiológico, Escolha, Sintagma Verbal.

O seguinte artigo consiste numa breve apresentação comentada de alguns dos conceitos fundamentais (*monema, dupla articulação, relação funcional, valor axiológico*) da obra martiniana “Elementos de Linguística Geral”² aplicada, nas suas exemplificações, à língua alemã. Consideramos a abordagem de André Martinet digna de ser conhecida por todos os estudantes e interessados da linguística. Descreve e explica, de forma não-dogmática e simples, o funcionamento de um sistema linguístico, isto é, de uma língua humana (no original, da língua francesa), facilita o

¹ Martinet, André (1980)

² Martinet, André (1980)

entendimento da dinâmica desse mesmo sistema e abre caminho para abordagens científicas (operação com elementos discretos, segmentação, comutação), também ao nível da significação.

A linguagem, objecto da linguística, só existe na forma de línguas diversas e portanto a primeira preocupação do linguista consistirá em estudar tais línguas. Como elas se nos apresentam na sua qualidade primeira de instrumento de comunicação, convém começar por observá-las e descrevê-las no seu funcionamento, indicando de que maneira cada uma analisa a experiência humana em unidades significativas ... (Martinet 1980: 33, sublinhado nosso).

Este excerto dos *Elementos* deixa bem claro que Martinet não concebe a linguística como disciplina prescritiva ou normativa. Entendemos que é tarefa essencial da linguística a observação e descrição objectiva do funcionamento do material verbal produzido em contextos de comunicação naturais.

Acontece, no entanto, que nem sempre é possível proceder à descrição de um *funcionamento* sem integrar, no mínimo implicitamente, uma *explicação* dos factos obtidos. Ao indicarmos de que maneira funciona uma língua, referimo-nos a uma análise rigorosa cujos resultados manifestarão sempre uma vertente produtiva. Subscrevemos, neste sentido, a posição defendida por Talmud Givón que salienta a complementaridade das vertentes descritiva e explicativa e argumenta que, "no âmbito da linguística, as hipóteses deveriam constituir o centro da pesquisa teórica, em detrimento de uma mera catalogação do material recolhido" (cf. Givón 1979: 2). Pode-se dizer, portanto, que a linguística funcionalista descreve o funcionamento de um sistema linguístico, fornecendo, em simultâneo, o material a ser analisado e explicado.

Não partindo (necessariamente) do princípio de uma «gramática universal» subjacente a todas as línguas humanas, o procedimento científico consiste, fundamentalmente, na identificação formal de unidades *pertinentes*³ dentro de um sistema dinâmico e na descrição das *relações funcionais* que estas unidades manifestam entre si. O que foi

³ Pertinência linguística manifesta-se em diferentes níveis de uma língua. Em qualquer nível ela surge em função da pertinência máxima, ou seja, da pertinência comunicativa. Lemos em Martinet (1985: 10): "La pertinence communicative du langage s'articule en pertinence phonologique ou distinctive et en pertinence significative."

delimitado como 'dupla articulação' por Martinet refere-se aos níveis fonológico e sintático. Unidades de som discretas, não-portadoras de sentido próprio, identificáveis através de processos de segmentação e de comutação e de *carácter distintivo* (os *fonemas*), estão em relação produtiva entre si e constituem os *sintagmas*, unidades discretas de outro nível. Os sintagmas são formados por *monemas*, isto é, *unidades significativas*, que são, igualmente, identificáveis através dos processos científicos de segmentação e de comutação.

O falante, usando a linguagem, ou melhor, uma língua, *escolhe* as unidades que lhe permitem a transmissão mais adequada da sua experiência a comunicar. *Escolha* não significa que o falante possa combinar unidades arbitrariamente, mas sim que escolhe as unidades linguísticas compatíveis em função da mensagem que pretende transmitir. Dadas as necessidades de economia na própria constituição de um sistema linguístico (inúmeras experiências devem ser transmissíveis adequadamente através de um sistema operacional), o princípio da dupla articulação "(...) parece impor-se às comunidades humanas como sendo o que melhor se adapta às necessidades e disponibilidades do homem" (cf. Martinet 1980: 21). Por outras palavras, a dupla articulação parece reger o funcionamento de qualquer sistema linguístico.

Facilmente se aplica o que foi dito à língua alemã. Para transmitir a experiência relativamente à observação de um cão a caçar um gato, o falante alemão pode escolher a sequência sonora *ein Hund jagt eine Katze* ("um cão está a caçar um gato"). Escolhe no plano da primeira articulação *Hund* em vez de *Bär* ("urso") ou *Mann* ("homem") etc., *jagt* em vez de *beißt* ("morde") ou *trifft* ("encontra") etc., *Katze* em vez de *Schnecke* ("caracol") ou *Frosch* ("sapo"). No mesmo plano escolhe *ein* e *eine* (monema "indefinido") em vez de *der* e *die* (monema "definido"). No plano da segunda articulação opta pela escolha do fonema /h/ em posição inicial em /hunt/ em vez de /m/ (*Mund* /munt/, "boca") ou /f/ (*Fund* /funt/, "achado") etc., por /u/ em vez de /a/ (*Hand* /hant/, "mão") e assim por diante. Os quatro fonemas /h/, /u/, /n/, /t/ em /hunt/ são *pertinentes* na medida em que cada um é, na sua posição, relevante para a constituição do significante do monema. Pertinente também é o monema por transportar informação relevante para a constituição da frase que transmite a mensagem.

O conceito de monema, aliás, é usado pelo funcionalista em detrimento do termo «morfema», porque aquele remete para *valor*, enquanto o outro se refere à forma. No que diz respeito aos planos fonológico e sintático, interessa, ainda, salientar que, no ramo da linguística funcional, são, à partida, tomados em consideração somente valores ou significados com manifestação formal própria⁴. No caso acima descrito, esta consiste no significante /*hunt*/ com o respectivo valor significativo de 'cão'.

No que respeita ao estudo das unidades significativas, salienta-se que os monemas se distinguem, fundamentalmente, em dois tipos: monemas lexicais e monemas gramaticais. Enquanto os primeiros se referem a algo concreto fora do sistema linguístico e existem, por conseguinte, em número ilimitado, restringem-se os segundos à especificação dos significados dos primeiros ou à marcação de relações entre unidades (maiores). Os monemas gramaticais existem, logicamente, em número limitado⁵. A especificação de significado de um monema lexical por outro (lexical ou gramatical) é susceptível de ser feita através da *determinação*. Pode, por exemplo, o monema "plural" (no seguinte caso com a manifestação formal de /*n*/) determinar o monema *katze* ("gato"):

$$[/katse/ \leftarrow (det) /n/]$$

Enquanto inserida em contexto sintático (*ein Hund jagt Katzen*, "um cão está a caçar gatos") a unidade é considerada *sintagma nominal* (SN). O SN pode receber outras determinações, por exemplo por um adjetivo⁶ *weiß* (branco):

$$[[/weis/\leftarrow/e/] (det) \rightarrow [/katse/\leftarrow/n/]]$$

O monema "plural" manifesta-se em dois pontos (/e/ e /n/). Diz-se, por isso mesmo, que tem um *significante descontínuo* (fenómeno de *concordância*). A unidade obtida mantém o seu estatuto de SN. A determinação observável é chamada *determinação interna* ou *intra-sintagmática*, devido ao facto de se realizar *dentro* do sintagma.

Um monema verbal como /*jag*/ ("caçar") estabelece, em primeiro lugar, uma relação estreita com os monemas que especificam o seu valor significativo. Assim

⁴ Quando não é possível identificar inequivocamente a manifestação formal de um monema no seu contexto sintático (caso dos amálgamas ou monemas com significante "zero") serve o teste da comutação.

⁵ Distingue-se, em linguística funcionalista, dentro dos monemas gramaticais entre *monemas funcionais* e *modalidades*. Os últimos caracterizam-se por determinarem outro monema sem, por sua vez, serem determináveis. No que respeita às *modalidades verbais*, cf. Martinet (1980), p. 114-116, 129, 130.

⁶ Em linguística funcional, um monema não pertence categoricamente a uma determinada classe, mas poderá pertencer-lhe enquanto inserido em contexto. Assim pertence o monema /*weis*/ à classe dos 'nomes', se estiver inserido em *das Weiß ist schön* ("este branco é bonito").

determinam os monemas de "presente"⁷ e de "3ª pessoa", cujo significante é um *amálgama* (/t/), o monema verbal (/jag/):

$$[/jag/\leftarrow(det)/t/]$$

A determinação é, igualmente, de tipo intra-sintagmático. O sintagma resultante chama-se *sintagma verbal* (SV). Todo o relacionamento entre monemas é concebido de acordo com as *compatibilidades sintáticas* de classes pelas quais os monemas se encontram distribuídos.⁸

Na frase-exemplo que inicialmente usámos, o SV recebe determinações por dois sintagmas que, por sua parte, já receberam determinações intra-sintagmáticas:

$$[/ein\ hunt/] (det) \rightarrow [/jagt/\leftarrow (det) [/eine\ katse/]$$

A relação que os SNs estabelecem com o sintagma verbal (que, ao nível da frase em exemplo, funciona como *núcleo predicativo* ou, mais precisamente, *sintagma verbal núcleo predicativo* - SVNP) é considerada *determinação inter-sintagmática*. O esquema da nossa frase é:

$$[SN] (det) \rightarrow [SVNP]\leftarrow (det) [SN]$$

Quando se entra no âmbito da sintaxe propriamente dita constatam-se, como acabámos de ver, operações em diferentes *níveis hierárquicos*. Estas operações sintáticas podem, obviamente, manifestar-se de forma muito mais complexa.

A frase é a unidade máxima de observação e análise sintáctica. Dentro da frase o predicado (ou núcleo - SVNP) constitui o centro com o qual outras unidades estabelecem relações funcionais. De forma diferente das abordagens tradicionais que distinguem, geralmente, entre orações «principais» e «subordinadas» (devido à utilização de critérios sintático-semânticos), distinguimos, na linha de César Hernández Alonso, entre quatro tipos de *funções sintáticas* dentro da frase que se caracterizam por determinação sintáctica do predicado através de functemas⁹. Na nossa frase-exemplo manifestam-se duas das quatro funções sintáticas:

⁷ Se há uma manifestação formal própria do "presente" ou se este se caracteriza pela ausência dos outros monemas da classe do "tempo", deverá ser discutido em um contexto adequado.

⁸ "As unidades que podem substituir-se entre elas em determinado ponto do enunciado e portanto se excluem mutuamente têm entre elas uma relação de *oposição* (...) e constituem o que se chama uma classe, definida em termos de *compatibilidades sintáticas*. (...) Fala-se de compatibilidade sintáctica quando um monema pertencente a uma classe pode incidir num monema pertencente a outra ou quando monemas pertencentes a classes diferentes podem conjuntamente incidir em um monema pertencente a outra." (Barbosa 1994: 11)

⁹ Cf. César Hernández Alonso 1986: 62-113. As funções sintáticas entendem-se como relações funcionais entre 'partes' da frase. Elas estão, em última instância, ligadas à função comunicativa da própria linguagem.

$$\begin{array}{l}
 [/\text{ein hunt}/] (\text{det}) \rightarrow [/\text{jagt}/] \quad (\text{função 1}) \\
 [/\text{jagt}/] \leftarrow (\text{det}) [/\text{eine katse}/] \quad (\text{função 2})
 \end{array}$$

Ao espaço que corresponde à unidade «sujeito» dá-se o nome de *functema 1* (/F1/). O *functema 2* (/F2/) corresponde, *grosso modo*, ao espaço do «complemento directo». Os *functemas 3* e *4*, não preenchidos na frase-exemplo, correspondem, aproximadamente, aos espaços do «complemento indirecto» e do «complemento circunstancial» respectivamente. Todos os *functemas* determinam o SVNP sintacticamente. Podem ser comparadas as funções sintácticas com funções matemáticas na medida em que espaços em relação potencial são preenchidos (na matemática por números, na linguística por sintagmas ou *functivos*).

Espaços em relação potencial:

$$[\quad] \times [\quad]$$

Os espaços ou *functemas* não têm significado em si, mas encontram-se, em contexto linguístico, ocupados por *functivos* (/F1/ a /F4/), os quais configuram uma pré-estruturação de qualquer sentido a transportar, devido à sua relação específica (de determinação sintáctica) com o predicado (SVNP). Em Alonso (1986: 26) lemos: "El hablante conoce la serie de estructuras sintagmáticas con que funciona (...) [la lengua]; y según el mensaje que quiere transmitir, selecciona unos signos, cuyos significados responden a conceptos, y los coloca en *los huecos funcionales de la estructura conveniente*" (itálico nosso). A estrutura conveniente e os espaços funcionais não podem ser tomados em consideração sem ser reconhecida a sua ligação estreita com a mensagem propriamente dita e, por isso mesmo, com todo o processo da significação. O esquema da frase, nesse sentido, é:

Esquema da frase:

espaço ocupado por predicado *espaços ocupados por functivos*

$$[\text{SVNP}] + (\leftarrow) [\text{F1}] (\text{função obrigatória})^{10}$$

¹⁰ A concordância faz com que o «sujeito» da frase se reflecte no SVNP: *ele vai* (3ª pessoa) - *er geht*. Enquanto em alemão a explicitação consta obrigatoriamente (com a excepção do «imperativo»), em português é facultativa. Na frase *vai* não encontramos o *functema* /F1/ explicitamente preenchido, no

- ± (←) [F2] (*função fac. ou obrig. dependente do verbo*)
- ± (←) [F3] (*função fac. ou obrig. dependente do verbo*)
- ± (←) [F4] (*função facultativa*)

Os functemas encontram-se preenchidos por *functivos* (em forma de sintagmas). Orações «subordinadas» enquadram-se no esquema:

Funcntemas preenchidos (ou não) por funcntivos:

- (a) *Ein Hund jagt eine Katze. ("Um cão está a caçar um gato.")*
- (b) *Ich gebe dir die Schlüssel morgen. ("Dou-te as chaves amanhã.")*
- (c) *Ich wollte, du hättest mehr Zeit. ("Queria que tivesses mais tempo.")*

Esquematisação:

- | | | | | |
|----------------|------------|--------------------------|-----------|------------|
| [F1] | + [SVNP] | ± [F2] | ± [F3] | ± [F4] |
| (a) [ein Hund] | + [jagt] | ± [eine Katze] | ± [] | ± [] |
| (b) [ich] | + [gebe] | + [die Schlüssel] | + [dir] | ± [morgen] |
| (c) [ich] | + [wollte] | + [du hättest mehr Zeit] | ± [] | ± [] |

Acerca do carácter e da importância das funções sintácticas comenta Vieira Santos (1999: 57/8):

As funções sintácticas reconhecíveis no âmbito da frase não são portanto mais que uma das configurações possíveis da função comunicativa. Na nossa óptica "funcionalista", as funções (sintácticas) são no fundo o prolongamento natural da função (comunicativa), embora, pelo facto de organizarem a frase, ou melhor, de permitirem estabelecer ligações entre unidades da frase que exprimem ou reflectem as ligações externas à linguagem (as do pensamento do falante, as relações entre objectos, em suma, o que se pretende comunicar a outrem), tenham certamente um papel fundador.

Note-se a impossibilidade de operar com as funções sintácticas sem reconhecer o seu contributo no processo de significação. Ao mesmo tempo é imprescindível não

entanto reenvia a determinação intra-sintagmática do SVNP (em forma amalgamada; *vai*) ao functema /F1/. A identificação do «género» depende em português do contexto mais amplo, em alemão não (*er* *geht*, como 'fórmula' obrigatória).

misturar os planos sintáctico e semântico no sentido de manter todo o processo de descrição e análise, de facto, linguístico.

I.1.1. A abordagem funcionalista do sentido

A dificuldade que se manifesta ao linguista que se debruça sobre o *sentido* é o facto de a semântica não ser passível de um tratamento tão rigoroso como é a sintaxe. Os métodos aí aplicados não se deixam transportar ao reino do sentido. Por um lado manifesta o signo linguístico a sua forma indissociável do seu conteúdo, por outro lado não existe relação unívoca entre estas duas faces significante e significada. O problema consiste, metodologicamente, na inacessibilidade do sentido aos métodos linguísticos (segmentação e comutação).

Com a introdução da *axiologia* (do grego *axia*: valor), referida por Martinet pela primeira vez em 1973¹¹, estabelece-se um método linguístico que permite encarar o processo de significação como um processo de duas vertentes complementares. Uma está ligada ao plano sintáctico, a outra ao plano semântico-pragmático. A axiologia parte do princípio de cada monema possuir um significado constante, isto é, um *valor* que actualiza, em contexto de comunicação, de acordo com aquilo que o falante pretende transmitir, o sentido adequado. Fora de contexto, o monema possui somente potencialidades semânticas; inserido em contexto, ou seja, em uso, manifesta o seu valor do qual actualiza a faceta relevante para a comunicação, faceta essa da qual pode sempre ser deduzido o seu valor subjacente. O monema, unidade formalmente manifesta e portador de um valor significativo constante, dispõe, desta maneira, dos requisitos para uma abordagem científica da significação.

Uma vertente do processo da significação torna-se acessível à análise linguística, como Vieira Santos (1999: 66-69) explicita. Entre os planos teóricos da sintaxe e da semântica introduz-se o plano da axiologia e alarga-se, por assim dizer, o escopo da análise verdadeiramente linguística. A axiologia constitui portanto "uma ciência dos valores dos significados" enquanto a semântica trata dos "factos do sentido em geral" (Martinet 1985: 200). Afirma-se, ainda, que a construção da significação na sua globalidade não pode ser apenas axiológica, como a escola martinetiana sugerira (cf.

¹¹ Apud Marçalo 1992: 91.

Vieira Santos 1999: 373), mas integra, devido à própria natureza da linguagem, a vertente semântico-pragmática.

Mesmo que não seja possível identificar o valor de um monema lexical positivamente (os monemas lexicais constituem campos abertos), é lógico que esse é delimitado pelo facto de tudo a que não diz respeito estar fora do seu âmbito. Quanto aos monemas gramaticais, que existem em número limitado, é mais fácil a concepção teórica para uma delimitação positiva. Atribuem-se, em língua portuguesa, valores específicos às modalidades verbais que se encontram distribuídas por quatro classes. O critério para a identificação das classes é a possibilidade/impossibilidade "de se lhe atribuir qualquer valor definido por referência a um ponto, contextual ou situacional, do enunciado" (Barbosa 1998: 55). Isto é, as modalidades verbais caracterizam-se:

(...) *em primeiro lugar, pelas relações que entre eles se estabelecem na língua, ou seja pelos valores que os caracterizam, independentemente das realidades extralinguísticas que podem designar e dos efeitos de sentido que se lhes podem associar* (Barbosa 1998: 51).

Sentido deve ser entendido como actualização contextual ou situacional de *valor*.

Bibliografia

- BARBOSA, Jorge Morais (1994). *Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português*, Coimbra: Almedina.
- GIVÓN, Talmy (1979). *On understanding grammar*, New York: Academic Press.
- MARÇALO, Maria João Broa Martins (1992). *Introdução à linguística funcional*, Lisboa: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa.
- MARTINET, André (1973). *Grammaire fonctionnelle du français*, 3^a éd. revue, Paris: Didier, 1979. 115 – 128.
- MARTINET, André (1980). *Elementos de linguística geral*, 11^a ed. port. (traduzida por Jorge Morais Barbosa da 4^a ed. franc.), Lisboa: Livraria Sá de Costa Editora, 1991 (1^a ed. port. 1964 trad. da ed. original, 1960).
- MARTINET, André (1985). *Syntaxe générale*, Paris: Armand Colin.
- VIEIRA SANTOS, Joana (1999). *Os usos do conjuntivo em língua portuguesa (uma proposta de análise sintáctica e semântico-pragmática)*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.